

PERFIL DO PÚBLICO BENEFICIADO PELO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19 NOS MESES DE NOV/DEZ DE 2021 NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Emili Yasmin Veríssimo Andrade
Angela Quintanilha Gomes

RESUMO

O presente trabalho busca descrever as características da população beneficiada pela política pública em questão no período pandêmico, tendo como objetivo principal analisar o perfil do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil na pandemia de Covid-19 nos meses de nov/dez de 2021 em Santana do Livramento. O procedimento metodológico foi realizado por meio da pesquisa documental, através da consulta nas listas oficiais dos aprovados no programa dos referidos meses fornecidas pelo Governo Federal de onde foram extraídas as famílias, bem como pelo instrumento disponibilizado no Portal Oficial da Caixa Econômica Federal Cadastro Único (CadÚnico) que armazena e disponibiliza microdados relativos às famílias de baixa renda. Como resultados, constatou-se que a maioria dos beneficiados pelo programa no município é de mulheres brancas com filhos, que trabalham por conta própria ou que estão totalmente desempregadas dependendo unicamente da renda do auxílio, possuindo apenas entre o 5º e o 6º ano do ensino fundamental como grau máximo de escolaridade e que residem nas áreas urbanas do município. Por fim, é possível afirmar a relevância desta política pública dentro do setor público em busca da superação da desigualdade social que é uma questão crucial no contexto brasileiro e, conseqüentemente, a situação de vulnerabilidade da classe de mais baixa renda.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família; Programa Auxílio Brasil; políticas públicas sociais; pandemia; desigualdade social.

ABSTRACT

The present work seeks to describe the characteristics of the population benefited by the public policy in question in the pandemic period, with the main objective of analyzing the profile of the public benefited by the Auxílio Brasil Program in the Covid-19 pandemic in the months of Nov/Dec 2021 in Santana do Deliverance. The methodological procedure was carried out through documentary, research by consulting the official lists of those approved in the program for the said months provided by the Federal Government from which the families were extracted, as well as the instrument available on the Official Portal of Caixa Econômica Federal Cadastro Único (CadÚnico) which stores and makes available microdata related to low-income families. As a result, it was found that most of those benefited by the program in the municipality are white women with children, who work on their own or who are totally unemployed depending solely on the income from the aid, having only between the 5th and 6th year from elementary school as the highest level of schooling and who reside in the urban areas of the municipality. Finally, it is possible to affirm the relevance of this public policy within the public sector in search of overcoming social inequality, which is a crucial issue in the Brazilian context and, consequently, the situation of vulnerability of the lowest income class.

Keywords: Bolsa Família Program; Brazil Assistance Program; public policy; pandemic; social inequality.

1. INTRODUÇÃO

Os programas sociais de transferência de renda têm crescido significativamente em diversos países, assim como no Brasil, de modo a auxiliar no combate da pobreza e da fome onde a questão da desigualdade social acaba sendo destaque.

Inúmeros significados podem ser atribuídos à pobreza, porém não existe um conceito universal que possa defini-la, devido às diferentes realidades e questões estruturais envolvidas. Em qualquer parte do mundo, a carência de recursos básicos e essenciais para a sobrevivência pode causar ausência ou dificuldade de acesso a estes recursos fundamentais para as necessidades básicas, como principalmente se alimentar. Conseqüentemente, acarreta a privação de condições mínimas de vida e no acesso às políticas de saúde, educação, saneamento básico, moradia, transporte, etc.

Para delinear e estudar a pobreza derivada das desigualdades sociais estruturadas na realidade brasileira, parâmetros são definidos para tentar conceituar e entender sua dimensão invariável, embora seja específica e simples, que é a renda. Esta é a medida que passa a designar uma linha de pobreza como parâmetro para pesquisas científicas que avaliam a realidade social a partir de um padrão de renda mínima (GODINHO, 2011).

No contexto brasileiro atual, o desemprego é algo que assola grande parte das residências de diversas famílias, principalmente devido aos impactos da pandemia de COVID-19 que acarretou no desemprego gradativo por grande parte da população. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua, realizada pelo IBGE (2021) no último semestre de 2021, levantou dados que indicaram que a taxa de desocupação estava em 23,7% totalizando 64.525 mil pessoas fora da força de trabalho.

Constata-se que foi a partir de 1964 que o Sistema Brasileiro de Proteção Social consolidou-se obtendo maior destaque, através da Constituição Federal de 1988 que previu mudanças em relação a concepção da proteção social, estabelecendo significativos direitos sociais criando um sistema de seguridade social, representado pela grande predominância dos programas de transferência condicionada de renda (GUILHERME; REIS, 2020).

Mendes et al. (2021) destacam que no Brasil, o principal nome ligado à ideia de garantir uma renda básica foi do ex-senador Eduardo Suplicy que em 1991, apresentou um Projeto de Lei de um imposto de renda negativado a trabalhadores que ganhavam até dois salários mínimos na época. Córdova e Alves (2019) ressaltam que a proposta elaborada pelo ex-senador foi uma das primeiras experiências de programas de transferência de renda no país, instituindo o que seria o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Este Projeto de Lei aprovado pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 1991, inicialmente buscava garantir um complemento econômico a todo cidadão com 25 anos ou mais para sua sobrevivência, previa mais tarde expandir o PGRM para alcançar também pessoas em situações vulneráveis e que dependessem da venda de sua força de trabalho e do mercado (CÓRDOVA; ALVES 2019).

Partindo deste marco, enfatizou-se a discussão acerca dos programas de

transferência de renda. Desta forma, com o mesmo intuito de reverter o cenário de pobreza, o Governo Federal brasileiro criou em 2003 o Programa Bolsa Família- (PBF), posteriormente aprovado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, com a finalidade de destinar às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, benefícios financeiros compostos por variáveis e que exigia o cumprimento de condicionalidades para que houvesse a continuação do recebimento do benefício às famílias (BRASIL, 2004).

Desde então, após a longa e consolidada trajetória do PBF, em novembro de 2021 instituiu-se o Programa Auxílio Brasil no qual mantém seu desenho semelhante ao programa anterior dispondo apenas de algumas mudanças no que diz respeito ao foco de alcance.

O portal oficial do Ministério da Cidadania (2021) destaca que além deste programa social garantir uma renda básica às famílias em busca da superação da vulnerabilidade social, o mesmo também engloba outras políticas públicas articuladas nas áreas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda para acesso dos beneficiários.

Diante do exposto, a proposta da presente investigação é responder o seguinte questionamento: Quais são as características socioeconômicas das famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil na pandemia de Covid-19 nos meses de nov/dez de 2021 em Santana do Livramento?

Para isso, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa: analisar o perfil do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil na pandemia de Covid-19 nos meses de nov/dez de 2021 em Santana do Livramento/RS. Delimitou-se os seguintes objetivos específicos: a) verificar a localização das famílias no município; b) observar o número de integrantes que compõem as famílias; c) conhecer a situação ocupacional no ano de 2021; e d) identificar as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade.

A pesquisa justifica-se pela relevância que esta política pública possui dentro do setor público, voltada a uma questão crucial no contexto brasileiro que é a desigualdade social, e a conseqüente situação de vulnerabilidade da classe de mais baixa renda. Este estudo fornecerá informações úteis para a gestão estratégica da política pública, tendo em vista a melhoria do serviço público prestado, competindo ao Estado desenvolver programas e políticas públicas de assistência e inclusão que atendam as demandas e necessidades de tal população.

A Rede PENSSAN (2021, p. 9) – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – apresenta os resultados do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN) realizado entre os dias 05 e 24/dez de 2020, contribuindo para o conhecimento da realidade social do país no que se refere a Segurança Alimentar (SA) da população, dando ênfase na ausência de pesquisas oficiais para monitorar o fator que é fundamental para uma vida digna e saudável, divulgando em 2021 dados alarmantes da pesquisa feita sobre a fome no país.

Os dados coletados em áreas rurais e urbanas de 2.180 domicílios nas cinco regiões do país mostraram que no período da pesquisa, cerca de 116,8 milhões de brasileiros não tinham pleno acesso a alimentação, onde 43,4 milhões (20,5% da população) estavam em insegurança alimentar moderada ou grave com quantidade insuficiente de alimentos e 19,1 milhões (9% da população) estavam em insegurança alimentar grave passando fome no Brasil (PENSSAN, 2021).

A seguir apresenta-se o referencial teórico composto por três tópicos sendo o primeiro sobre o conceito e os modelos de Políticas Públicas, o segundo versando

sobre o que é e quando ocorreu a transição do Programa Bolsa Família para o então Programa Auxílio Brasil e o terceiro sobre desemprego, desigualdade e vulnerabilidade social no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreender a origem de determinada área do conhecimento é necessário para adquirir melhor entendimento sobre seu desenvolvimento, seu percurso e sua concepção. Como área de conhecimento, a política pública surge nos Estados Unidos no campo acadêmico com realce direto nos estudos sobre a atuação dos governos sem relacionar com as bases teóricas sobre o papel do Estado. Na Europa, esta área acaba surgindo como desenvolvimento de trabalhos teóricos explicativos sobre o papel do Estado e do governo, tendo o governo como importante instituição do Estado, produtor proeminente de políticas públicas (SOUZA, 2002).

A política consiste no agrupamento dos processos formais e informais que manifestam relações de poder e que são destinados à solução pacífica dos conflitos que envolvem os bens públicos. As políticas públicas, por sua vez, são *outputs* resultantes das atividades políticas correspondendo ao conjunto de decisões e ações relacionadas à alocação autoritária de valores, cobertas pela autoridade soberana do poder público (RUA, 1997).

Lima e D'Ascenzi (2018) descrevem o processo, a finalidade, a substância, a dinâmica e a consequência como sendo os cinco elementos que caracterizam as políticas públicas. Em termos operacionais as políticas públicas podem ser formadas através do plano, do programa e através dos projetos. A delimitação destes níveis de operação é denominada como estrutura de decomposição, onde:

“[...] a partir de um objetivo dado, segue-se um processo de desdobramento de iniciativas com vistas a alcançá-lo. É um processo de transformação de uma ideia em ação. E cada um desses níveis pode ser tratado como uma etapa de planejamento” (LIMA; D'ASCENZI, 2018, p. 39-40).

As políticas públicas compõem um conjunto de elementos das políticas sociais sendo campos multidisciplinares com foco na explicação da origem da política pública e seus processos. As mesmas refletem na economia e nas sociedades, resultando disto o porquê qualquer princípio destas políticas precisam descrever a relação entre Estado, economia, política e sociedade (SOUZA, 2006).

Já as políticas públicas sociais originadas de movimentos populares do século XIX são meios por onde o Estado consegue realizar intervenções e manutenções das interações sociais, designando o modelo de proteção social que será executada pelo mesmo, voltadas para a redistribuição de benefícios sociais com o objetivo de reduzir as desigualdades estruturais resultantes do desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001).

Ter conhecimento sobre o modelo da política pública que está em execução pode influenciar o processo político e o processo de análise destas políticas, o modo de classificá-las em tipologias é favorável para definir os atores, estilos, e as

instituições. Agum, Riscado e Menezes (2015) apresentam quatro modelos principais de políticas públicas e suas finalidades.

Política Regulatória	Política Redistributiva
<p>Este tipo de política atua de forma a estabelecer padrões para atores privados e públicos. Ela é desenvolvida em grande parte em um ambiente pluralista predominante e para sua aprovação é necessária uma demonstração de força entre os atores. Este tipo de política envolve burocratas, políticos e grupos de interesses. A regulamentação de serviços de utilidade pública como energia e telecomunicações são exemplos de uma política pública regulatória.</p>	<p>É antes de tudo um jogo de soma zero. O benefício para uma categoria resulta em custos sobre as outras. Esta política chama atenção por expor as posições antagônicas de uma maneira mais clara. Na forma elitista de governo encontramos a arena para este tipo de debate, uma vez que há a formação de duas elites que demandam que as políticas se efetivem. A política de incentivo fiscal para determinados segmentos industriais no Brasil representa bem o modelo de política redistributiva, no qual setores são beneficiados sistematicamente, em detrimento de outros. Neste exemplo, específico, é importante ressaltar que a renúncia fiscal do governo possui limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Deste modo, ao incentivar uma determinada área da economia, deve ocorrer um aumento de arrecadação em outro segmento. Daí o embate e a barganha são fundamentais para determinar quem serão os ganhadores e perdedores.</p>
Política Distributiva	Políticas Constitutivas
<p>Uma de suas características pode ser a concentração de benefícios por algum grupo em detrimento de outros. Este tipo de política se enquadra em um ambiente logrolling, termo que denota a troca de apoio entre os políticos. Dificilmente podemos identificar os custos deste tipo de política, pois seus efeitos benéficos, embora destinados a grupos específicos, são diluídos na sociedade, os benefícios são claros, mas os custos não. Como citado por Celina Souza (2006), a política distributiva, em geral, alcança um grande número de pessoas na sociedade como, por exemplo, as políticas da previdência social no Brasil que subsidiam aposentadorias e benefícios para trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, entre outros. O benefício é específico e concentrado, mas seu custo é difuso na sociedade.</p>	<p>Como não se trata necessariamente sobre a prestação concreta de serviços demandados pela sociedade em geral, este tipo de política pública fica na arena dos atores governamentais. Ela pode ser tida como uma meta-políticas, onde se encontra acima das demais políticas públicas, já que ela tem o papel de estabelecer regras não somente sobre os poderes, mas sobretudo sobre princípios existentes para estabelecimento das demais políticas públicas. Em nossa história recente, podemos argumentar que os governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso apresentaram como meta-políticas a área econômica, enquanto os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concentraram-se nas políticas sociais de redução da pobreza e da desigualdade.</p>

Fonte: Agum; Riscado; Menezes (2015, p. 20-22).
Elaborado pela autora.

De maneira sucinta os programas de transferência de renda podem ser classificados em dois tipos, sendo: renda básica de cidadania e renda mínima garantida. O Programa Bolsa Família é do tipo renda mínima garantida pois este tipo

de programa tem como foco parte da população mais pobre e não exige nenhuma contrapartida (CASTRO et al., 2009).

2.1.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL

O Programa Bolsa Família (PBF) foi primeiramente criado e implementado no Brasil durante o governo do Presidente Lula em 2003 no qual integrava o Fome Zero¹, e composto por três pilares que correspondiam a transferência de renda, programas complementares e de condicionalidades, onde “A proposta das condicionalidades é de que as famílias beneficiárias assumam compromissos para ampliar o acesso a seus direitos sociais básicos” (MOURÃO et al., 2011, p. 2). Dentre as condicionalidades estão a frequência escolar de crianças e adolescentes, manter o cartão de vacina em dia, bem como o acompanhamento pré e pós natal de gestantes e nutrizes. A porta de acesso para participar do programa em vigor anteriormente ocorria através do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico), no qual se fortaleceu através da criação deste programa social servindo como fonte principal fonte de dados para a obtenção de informações sobre os públicos de baixa renda (SOUZA et al., 2019).

O CadÚnico é um instrumento de coleta e registro de dados incluídos pelos gestores municipais que dispõe informações atualizadas continuamente, podendo ser utilizado por mais de 20 programas sociais federais e contém amplo armazenamento de informações socioeconômicas de aproximadamente 27 milhões de famílias, cerca de 80 milhões de pessoas com rendimento igual ou menor que um salário mínimo (DIREITO; KOGA, 2020). Através destes dados o Governo Federal junto ao SECAD – Secretaria Nacional do Cadastro Único – pode utilizá-los para a concessão de serviços e benefícios sociais como, por exemplo, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Auxílio Brasil, etc, além de fazer o uso dos mesmos para mapear as desproteções locais e planejar ações que selecionam os beneficiários de programas sociais conduzidos pelo estado ou município (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Após 18 anos estáveis de existência do PBF, o Programa Auxílio Brasil (PAB) foi regularizado pelo Decreto nº 10.852 no dia 08 de novembro de 2021 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021) e sancionado pela Lei 14.284/21 que institui o atual programa de assistência às famílias de baixa renda como substituto do anterior programa Bolsa Família (BRASIL, 2021), sendo um programa social de transferência de renda destinado às famílias consideravelmente pobres e extremamente pobres de todo país, de modo a auxiliar na superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2021).

Dentre algumas das semelhanças que manteve-se no atual programa, Botelho, Veloso e Mendes (2021) chamam a atenção para o fato de que permaneceu o princípio de pagar o benefício as famílias que estão nas linhas de pobreza e extrema pobreza – sendo consideradas famílias na extrema pobreza com renda familiar per capita de até R\$105 e famílias em situação de pobreza com renda per capita de até R\$210 –, simplificando sua estrutura de benefícios para que haja melhor compreensão sobre os valores a serem recebidos e especificando de maneira mais objetiva a estruturação da

¹ Fome Zero foi um programa social que visava garantir o direito básico ao acesso à alimentação e à nutrição adequada, projetando a segurança alimentar e contribuindo para a dignidade da população mais suscetível à fome em busca do alcance da cidadania (MOURÃO et al., 2011).

proteção social prestada pelo programa. Os autores enfatizam que os benefícios pagos pelo PBF foram alterados e divididos em quatro modalidades, sendo elas:

1. Benefício de primeira infância: R\$ 130 por criança de até 36 meses, para famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema.
2. Benefício composição familiar: R\$ 65 por gestante, nutriz ou pessoa entre 3 e 21 anos, em famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema.
3. Benefício de superação de extrema pobreza: pago às famílias que, mesmo recebendo os benefícios acima, ainda quem com uma renda per capita inferior à linha de extrema pobreza (fixada em R\$ 105 per capita por mês).
4. Benefício compensatório de transição: para garantir que nenhuma família que recebia o Bolsa Família receberá valor menor no âmbito do novo programa (BOTELHO; VELOSO; MENDES, 2021, p. 5)

O portal oficial do Governo Federal (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022) que disponibiliza todas as informações pertinentes e oficiais para conhecimento da população sobre o programa social, esclarece que as famílias com renda per capita mensal de até R\$105,00 (cento e cinco reais) consideradas extremamente pobres e famílias com renda per capita mensal de até R\$210,00 (duzentos e dez reais) consideradas pobres, podem ser beneficiadas pelo PAB. O Ministério da Cidadania (2021) chama a atenção para o fato de que logo no início de sua implementação, em novembro de 2021, neste mesmo mês 14,5 milhões de famílias foram contempladas pelo programa com um valor inicial de R\$224 recebido por família.

Os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e do Ministério da Cidadania demonstraram que 3,8 milhões de novas famílias foram incluídas no Programa Auxílio Brasil até o mês de maio de 2021 (FIGUEIREDO, 2022).

Ademais, Figueiredo (2022) apresenta uma importante colaboração em relação à expansão e a cobertura do Auxílio Brasil, salientando o quanto esta política social representa um salto considerável direcionado ao acompanhamento e garantia de bem estar das famílias brasileiras mais vulneráveis, além da busca pela minimização dos efeitos econômicos negativos resultantes da Covid-19. O autor supracitado ainda explica sobre o crescimento significativo de famílias atendidas pelo Programa Auxílio Brasil em todas as regiões brasileiras no mês de agosto de 2022, em comparação ao número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família neste mesmo período no ano de 2019.

O programa também busca dar suporte e incentivo às famílias em busca da sua independência através da regra de emancipação. Esta regra permite que o beneficiário que obtiver carteira de trabalho assinada e a renda per capita não ultrapassar o valor de R\$525 (duas vezes e meia o valor da linha de pobreza de R\$210) ainda possa participar do programa por mais dois anos, podendo regressar ao programa com prioridade, desde que a renda da família volte a reduzir ao longo deste período (WRIGT, 2022).

Após o governo anterior efetuar a troca da nomenclatura do programa social a pouco mais de um ano, o atual governo estuda a possibilidade de efetuar novamente a troca dos programas, deste modo, trazendo o retorno do Programa Bolsa Família que entra em vigor logo no início do ano de 2023 como afirma a PEC de Transição 32/2022 (SENADO FEDERAL, 2022).

2.1.2 DESEMPREGO, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL

A crise socioeconômica ligada à pandemia de Covid-19, expôs o contraste da desigualdade no cenário brasileiro confirmando seu quadro histórico, estrutural e desigual de distribuição de renda no país, principalmente causado pelo desemprego, fator agravante que cresceu ainda mais durante a crise sanitária devido ao isolamento social imposto como medida de segurança (TROVÃO, 2020).

Nos recortes regionais a distribuição da população segundo as linhas de pobreza nas grandes regiões, a região do nordeste abriga o maior percentual de pessoas pobres e extremamente pobres, 44,8% e 53,2% respectivamente, seguida da região sudeste com 25,5% e 29,5%, na sequência a região norte com 13,3% e 13% e por fim as regiões com os menores percentuais sendo a região sul com 6,9% e 5% e região centro oeste com 5,5% e 3,3% (IBGE, 2022). Grande parte dos trabalhadores também permaneceram no trabalho informal sem nenhum seguro social (INSS) além do aumento no índice de empregos por conta própria. Choques econômicos desta proporção fazem com que a efetivação da proteção social por meio da transferência de renda seja a principal fonte de rendimento dos mais pobres (BANCO MUNDIAL, 2022).

O Banco Mundial (2022) salienta ainda que no país as mulheres e as pessoas com baixo nível de escolaridade foram as que mais tiveram chances de perder seus empregos como consequência da pandemia (32,7% comparado aos 13,5% com ensino superior ou mais). As famílias de baixa renda sofreram mais com a insegurança alimentar, onde 38,7% enfrentavam dificuldades ou não conseguiam suprir suas necessidades básicas e 44,6% relataram um encolhimento na renda familiar.

Os pesquisadores da PNAD Contínua realizada pelo IBGE de 2012 até 2020 apontam que após as crises de 2015 e 2016 onde a desocupação² e a subutilização³ da força de trabalho cresciam de maneira elevada, em 2020 os mesmos fatores alcançaram patamares ainda mais elevados chegando a 13,8% e 28,3% respectivamente. Com o impacto na economia brasileira gerado pela pandemia, em 2020 o nível de ocupados com idade para trabalhar caiu significativamente, atingindo um nível próximo a 50% pela primeira vez já registrado (IBGE, 2021, p.17).

Através da Síntese de Indicadores Sociais com dados coletados em todo o país no 4º semestre de 2021, constatou-se que 30,8% da população entre 18 a 24 anos estavam desocupados. Esta porcentagem se tornou ainda maior entre as pessoas que tinham de 25 a 39 anos totalizando 35,2%, e entre 40 e 59 anos 24,1%, sendo as faixas etárias que mais se encontraram afetadas pelo desemprego no final do ano passado. Dentre a distribuição percentual das pessoas desocupadas por sexo, as mulheres totalizavam 54,5% enquanto que os homens 45,5% (IBGE, 2021).

Outro fator que chama atenção está no fato de que 62,8% das famílias que possuíam a mulher como autoridade e com filhos estavam vivendo abaixo da linha de pobreza (IBGE, 2022).

Os grupos compostos por negros e pardos são os que mais sofrem com a falta de oportunidade no mercado de trabalho e as desigualdades nas condições de vida, com a taxa de pobreza sendo mais elevada entre eles por possuírem os menores rendimentos, escancarando as desigualdades por cor ou raça (assim definido pelo IBGE). Em 2021 a parcela de pessoas pobres e brancas no país somava 18,6%, no entanto, entre os negros este número dobrava para 34,5% e ainda mais entre pardos 38,4% (IBGE, 2022).

² O IBGE define como desocupação (desemprego) as pessoas que não estão trabalhando mas que estão tomando medidas a procura de trabalho, estando disponíveis para admissão caso encontrem. Acesse <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>.

³ A subutilização corresponde o quanto se tem de proveito em uma força de trabalho.

2.1.3 MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Santana do Livramento é um município da região da Campanha localizado no oeste do estado do Rio Grande do Sul, que conta com paisagens admiráveis que a caracterizam como o Cerro do Chapéu e possui uma densidade populacional de 11,1 habitantes por km² ao longo de seu território. É conhecida como “Fronteira da Paz” por fazer amigavelmente fronteira aberta com Rivera, Uruguai. A linha que divide esses dois países é representada por ruas, avenidas e pelo simbólico parque internacional (SANCHEZ, 2002). Também faz fronteira com outros municípios como Quaraí, Rosário e Bagé (IBGE, 2022).

O Plano Diretor Participativo do município estabelece sua divisão territorial demarcada em duas áreas, sendo: Área Urbana I e II e Área Rural. A Área Urbana I abrange as áreas com potencial mais denso populacional, composta por 21 bairros:

1. Bairro Parque das Águas.
2. Bairro Prado.
3. Bairro Cerro do Depósito.
4. Bairro Planalto.
5. Bairro Kennedy.
6. Bairro Argiles.
7. Bairro Brasília.
8. Bairro Armour.
9. Bairro Morada da Colina.
10. Bairro Parque do Sol.
11. Bairro Cohab do Armour.
12. Bairro São Paulo.
13. Bairro Internacional.
14. Bairro Jardins.
15. Bairro Umbu.
16. Bairro Fluminense.
17. Bairro Hidráulica.
18. Bairro Nepomuceno Ilho - Cholo. (Alterado pela Lei LC 54/2012.)
19. Bairro Centro.
20. Bairro Divisa.
21. Bairro Bela Vista (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006, p. 6).

Já a Área Urbana II engloba áreas com aspectos urbanos mas que também apresentam traços do meio rural como lotes amplos, baixa concentração populacional, chácaras, e pomares, simultaneamente que apresenta alguns elementos de infra-estrutura representando a transição entre o meio urbano e o meio rural, sendo composta por 11 bairros:

22. Bairro Industrial.
23. Bairro Registro.
24. Bairro Real.
25. Bairro Batuva.
26. Bairro Simon Bolivar.
27. Bairro km 5.
28. Bairro Carajá.

29. Bairro Wilson.
30. Bairro Tabatinga.
31. Bairro Parque São José.
32. Bairro Carolina (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006, p. 7).

A Área Rural na qual é designada para atividades de proteção do bioma e de outros elementos naturais, possui em sua localização indústrias pequenas ligadas a produção de propriedades rurais, dividindo-se em 7 Distritos:

1. 1º Distrito Livramento,
2. 2º Distrito Upamaroty,
3. 3º Distrito Ibicuí,
4. 4º Distrito Pampeiro,
5. 5º Distrito São Diogo,
6. 6º Distrito Espinilho,
7. 7º Distrito Cati 1. 1º Distrito Livramento,
2. 2º Distrito Upamaroty,
3. 3º Distrito Ibicuí,
4. 4º Distrito Pampeiro,
5. 5º Distrito São Diogo,
6. 6º Distrito Espinilho,
7. 7º Distrito Cati (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006, p. 7).

Estes Distritos, por sua vez, também dividem-se em Subdistritos. Estas áreas com povoamentos localizados no interior do município e que apresentam lotes amplos, chácaras e pequenas criações são intituladas de Vilas Rurais, como: Vila Thomaz Albornoz; Vila Sierrasol (Clube Santa Rita); Vila Caixerai (Associação dos Amigos do Cerro da Vigia); Vila Pampeiro e Vila Santa Rita (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006).

A iniciativa privada da região vem buscando alternativas que diversifiquem sua economia local. Entre estas alternativas, pode-se destacar a exploração da vinicultura, a criação de ovelhas e gados em busca da inovação na produção de carne relacionada aos atributos característicos do território, o desenvolvimento da produção laticínica organizando uma cadeia leiteira com a produção local e a exploração do turismo local, resultados que movem o desenvolvimento socioeconômico do município (ALVES, 2018).

3. MÉTODO

Para alinhar esta pesquisa foram utilizados determinados procedimentos tendo em vista os objetivos propostos. A natureza da presente pesquisa classifica-se como pesquisa documental. Para Gil (2002) este tipo de pesquisa apresenta vantagens por não exigir o contato entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, pelo seu custo já que exige apenas a capacidade do pesquisador e sua disponibilidade de tempo, além de considerar os documentos como fonte valiosa e diversificada de dados para desenvolver qualquer pesquisa de origem histórica.

Quanto à abordagem caracteriza-se como quantitativa, com base em dados secundários. Quando se tem conhecimento de um objeto de estudo, pode-se realizar uma pesquisa quantitativa, havendo a necessidade do conhecimento ampliado do pesquisador sobre aquilo que se pretende investigar. É quando há a possibilidade de transformar dados em números, em virtude do agrupamento de conhecimentos que permitem a classificação de pessoas ou objetos em uma proporção ou ordem (SILVA; LOPES; JUNIOR, 2014). Podem ser representados através de gráficos, quadros e tabelas sobre a população pesquisada.

Em relação aos objetivos pode ser considerada descritiva. Gil (2002) comenta que esta é bastante utilizada por pesquisadores sociais por ter como objetivo principal, descrever as características de uma dada população ou fenômeno, podendo estabelecer relações entre as variáveis. O autor ainda acrescenta que as pesquisas descritivas têm por finalidade estudar as características de um grupo ou população distribuídas por idade, sexo, nível de escolaridade, etc.

Com relação a amostra salienta-se que trata-se do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil durante a pandemia de Covid-19 nos meses de nov/dez de 2021 em Santana do Livramento. A escolha das famílias selecionadas foi através das listas oficiais dos aprovados repassadas pelo Ministério da Cidadania e pelo Governo Federal de maneira intencional, estabelecendo um intervalo que definiu que a cada 200 famílias, 1 família seria selecionada, totalizando assim as 55 famílias que foram objeto deste estudo. O critério de escolha adotado deu-se devido ao alto número de famílias beneficiadas pelo programa nos referidos meses, tornando impossível a coleta e análise de informações de todas as compreendidas nestas listas. Recorrente do disparado crescimento de famílias aprovadas no programa, através das duas listas juntas obteve-se um somatório de 11.188 famílias beneficiadas.

Para extrair e contabilizar as variáveis definidas nos objetivos específicos da pesquisa como verificar a localização das famílias no município; observar o número de integrantes que compõem as famílias; conhecer a situação ocupacional no ano de 2021 e identificar as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade, a coleta dos dados foi realizada através do instrumento disponibilizado no Portal Oficial da Caixa Econômica Federal, Cadastro Único (CadÚnico), que armazena e disponibiliza microdados relativos às famílias de baixa renda, tais como as que são objeto desta pesquisa. A análise dos dados teve tratamento estatístico ressaltando algumas variáveis que, por sua vez, configuram tabelas, gráficos e um quadro sobre a população pesquisada.

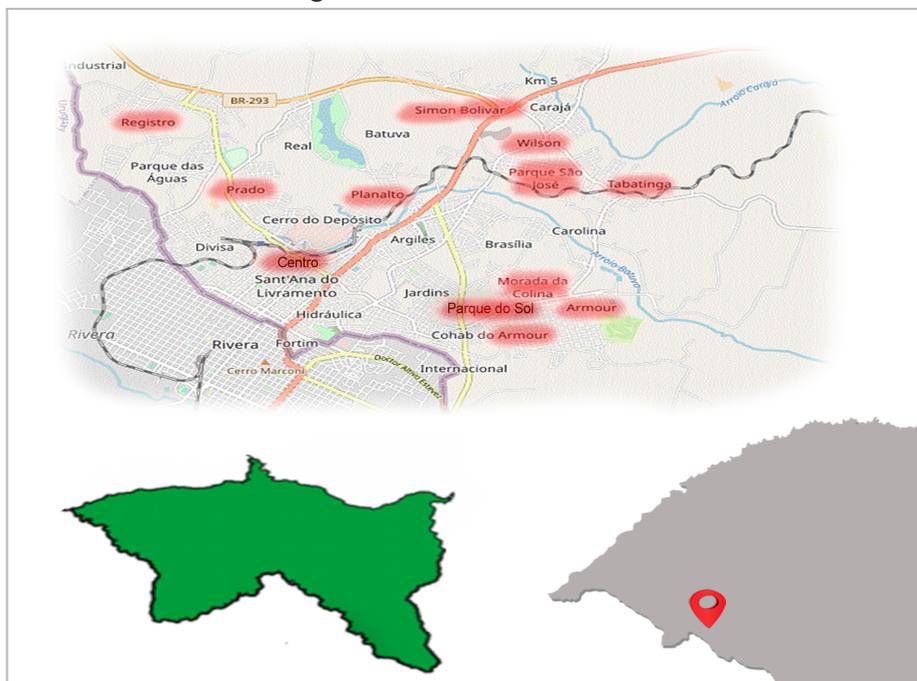
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção versa sobre a análise e interpretação dos dados e informações obtidos através da pesquisa realizada no portal e nos documentos oficiais do Governo Federal, apresentando para conhecimento de todos, os principais atributos que caracterizam as famílias que participam e que são foco do Programa Auxílio Brasil, sendo composta por seis subseções. A primeira e a segunda subseções apresentam o sexo que mais predomina entre a maioria dos beneficiários e a faixa etária de cada um, a terceira e a quarta apontam a escolaridade e a situação ocupacional destes indivíduos no momento da pesquisa realizada, e, por fim, as duas últimas subseções, quinta e sexta, mostram o número de indivíduos que compõe cada família e onde as mesmas se localizam no município de Santana do Livramento.

4.4 Localidade das famílias no município de Santana do Livramento/RS.

A Figura 1 indica em destaque no mapa do município os bairros onde moram as famílias designadas para a pesquisa.

Figura 1– Variável localidade



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal representados no Google Maps.
Elaborado pela autora.

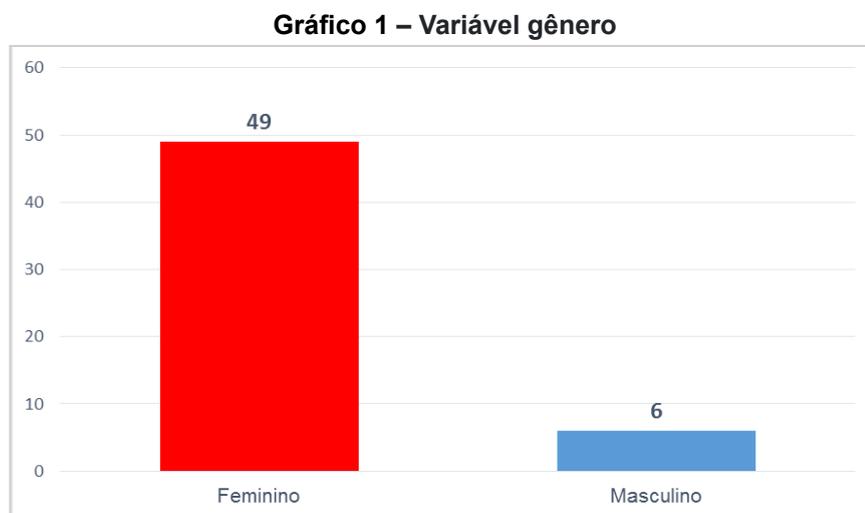
Os bairros destacados no mapa acima: Registro; Prado; Centro; Planalto; Simon Bolívar; Wilson; Parque São José; Tabatinga; Morada da Colina; Parque do Sol, Armour e Cohab do Armour foram os bairros que mais sobressaíram durante a pesquisa no quesito localidade das famílias no que seria a Área Urbana I e II do município de acordo com o Plano Diretor Participativo municipal, nos quais possuem de duas a três famílias localizadas em cada bairro em destaque.

A Área Urbana I possui características urbanas e corresponde a parte do município que abrange uma maior concentração de pessoas no seu território, enquanto que a Área Urbana II engloba as áreas com aspectos urbanos mas que também apresentam traços do meio rural, contendo alguns elementos de infraestrutura, mas representando o que seria a transição do meio urbano para o meio rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006).

Já na Área Rural dividida por Distritos e Subdistritos, apenas 2 famílias localizavam-se na Vila Pampeiro que fica a mais de 40 km da área urbana da cidade, destinada para atividades de proteção do bioma e de outros elementos naturais que possui em sua localização indústrias pequenas ligadas a produção de propriedades rurais (PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO, 2006).

4.4.1 Gênero dos beneficiários pelo Programa Auxílio Brasil nos meses de nov/dez em Santana do Livramento/RS no ano de 2021.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição por gênero entre os responsáveis familiares beneficiados pelo programa e como está refletida esta proporção entre os participantes.



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal junto das listas de aprovados no Auxílio Brasil de novembro a dezembro de 2021. Elaborado pela autora.

Das 55 pessoas selecionadas para delinear este estudo, notou-se que o gênero feminino é dominante dentre os titulares das famílias dentro do programa representando 89,1% dos beneficiários, comparado a parcela de titulares do gênero masculino participante do programa social que constitui apenas 10,9%, segundo as folhas de pagamentos dos designados meses .

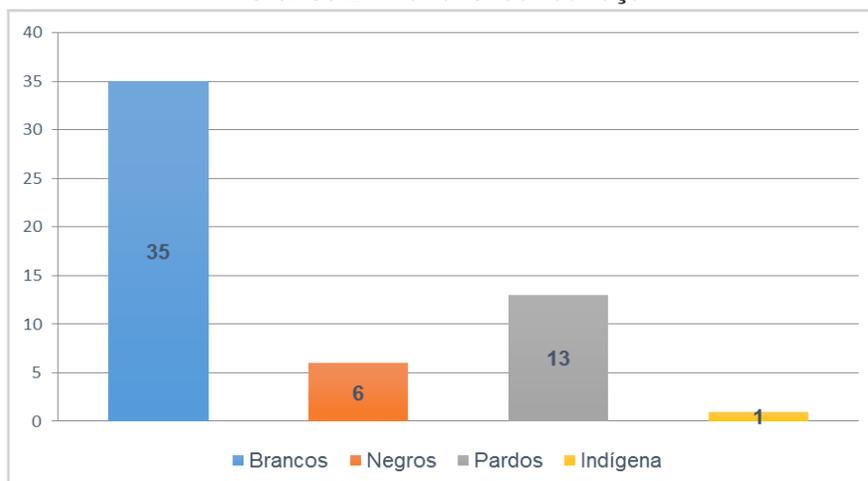
As mulheres, na maior parte como chefes de família dentro do programa, representam grande totalidade dentre os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, também por serem na grande maioria, gestantes, nutrizes e por possuírem crianças na sua composição familiar (BOTELHO; VELOSO; MENDEZ, 2021).

A Síntese de Indicadores Sociais organizada pelo IBGE (2022) apontou que neste mesmo ano, 62,8% das famílias chefiadas por mulheres com filhos encontravam-se abaixo da linha de pobreza, do mesmo modo em que foram as mais afetadas pelo desemprego decorrente da pandemia.

4.4.2 Cor ou raça dos beneficiários pelo Programa Auxílio Brasil nos meses de nov/dez em Santana do Livramento/RS no ano de 2021.

O Gráfico 2 demonstra a distribuição por cor/raça entre os participantes selecionados no município e quais foram as mais predominantes dentro do benefício.

Gráfico 2 – Variável cor ou raça



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

É perceptível no Gráfico 2, que a cor ou raça branca (de acordo com o IBGE) foi predominante dentre as pessoas selecionadas nas listas totalizando 63,6%, pardos e negros aparecem em 23,6% e 10,9% respectivamente e indígenas integram apenas 1,8% dentre o público estipulado. Os brancos e pardos foram as cores ou raças que mais se destacaram dentre os responsáveis beneficiados nas folhas de pagamento do município no final do ano passado.

Em contraposição, sabe-se que negros e pardos constituem uma parcela grande da população vulnerável beneficiada por programas sociais em todo o país, conseqüentemente por possuírem os menores rendimentos e condições desiguais de vida. Em 2021, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, a taxa de pobreza entre pessoas pobres negras era de 34,5%, crescendo ainda mais entre pardos com 38,4%, contra 18,6% de pessoas pobres brancas (IBGE, 2022).

4.4.3 Faixa etária dos beneficiários pelo Programa Auxílio Brasil nos meses de nov/dez em Santana do Livramento/RS no ano de 2021.

A Tabela 1 traz a faixa etária dos participantes que recebem o auxílio mostrando o alcance da cobertura do programa entre as idades representadas a seguir.

Tabela 1 – Variável faixa etária

Faixa Etária	Nº de pessoas	%
De 21 a 30 anos	14	25,9
De 31 a 40 anos	16	29,6
De 41 a 50 anos	13	24,1
De 52 a 68 anos	11	20,4
Total	55	100

Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal.

Elaborado pela autora.

Em relação à faixa etária dos beneficiários, constatou-se que o programa teve um alcance entre pessoas a partir de 21 anos até idades mais avançadas como 68 anos de idade. Dentre este grupo etário, sequencialmente, as faixas de idade que mais predominaram dentre os selecionados foram pessoas que possuíam entre 31 a 40 anos, somando quase 30% dos pesquisados. Logo após, os que possuíam entre 21 a 30 anos somaram um percentual de 25,9% o segundo maior e, por fim, apenas 20,4% dos contemplados representavam o público mais idoso.

Como estimado pelo IBGE no final de 2021, as pessoas que possuíam entre 18 a 39 anos foram as mais afetadas pela falta de emprego no final deste ano, somando 66% da população que se encontrava em situação de desocupação. No ano de 2020 o nível de ocupados com idade para trabalhar caiu significativamente, atingindo um nível próximo a 50% pela primeira vez já registrado (IBGE, 2021, p.17).

4.4.4 Escolaridade dos beneficiários pelo Programa Auxílio Brasil nos meses de nov/dez em Santana do Livramento/RS no ano de 2021.

A Tabela 2 apresenta o nível mais elevado de escolaridade cursado entre os solicitantes do benefício.

Tabela 2 – Variável escolaridade

Escolaridade	Nº de pessoas	%
Ensino superior	1	1,8
Ensino médio completo	10	18,2
2º ano do ensino médio	4	7,3
1º ano do ensino médio	1	1,8
Ensino fundamental completo	7	12,7
7º ano do ensino fundamental	3	5,5
6º ano do ensino fundamental	11	20
5º ano do ensino fundamental	11	20
4º ano do ensino fundamental	1	1,8
3º ano do ensino fundamental	4	7,3
2º ano do ensino fundamental	1	1,8
Não alfabetizados	1	1,8
Total	55	100

Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Elaborado pela autora.

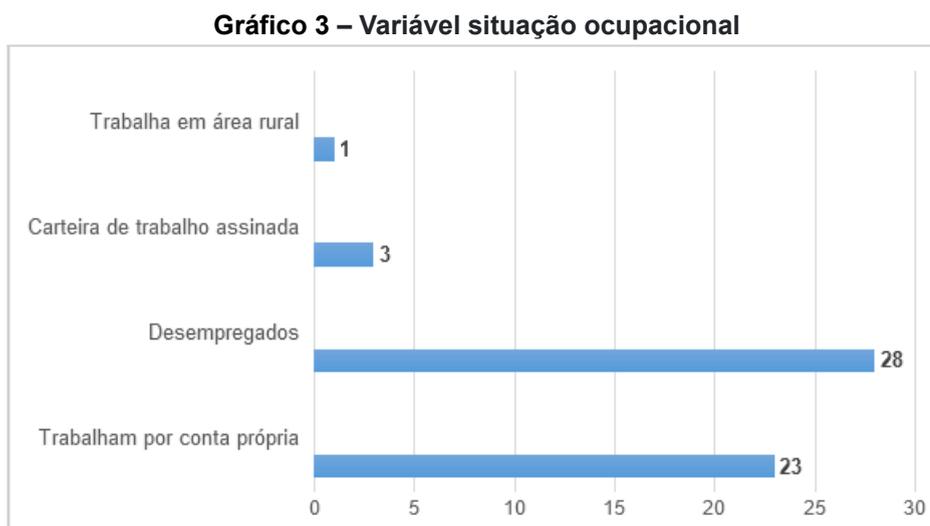
Em relação ao perfil educacional dos cadastrados é perceptível pelos dados

expostos na tabela acima, que o nível mais elevado de escolaridade que sobressaiu entre os beneficiários foi entre o 5º e 6º ano do ensino fundamental, totalizando 40% dos pesquisados e somando o maior ponto percentual. Respectivamente somando os maiores percentuais, 18,2% possuíam o ensino médio completo e 12,7% possuíam apenas o ensino fundamental completo, correspondendo aos níveis de escolaridade máxima mais evidentes nos resultados encontrados. Apenas uma pessoa não era alfabetizada e nunca frequentou uma instituição de ensino.

Assim como as mulheres, as pessoas com baixo nível de escolaridade foram as mais afetadas pelo desemprego, consequência resultante da pandemia (32,7% comparado aos 13,5% com ensino superior ou mais), tornando-os ainda mais dependentes dos rendimentos advindos das transferências de renda de benefícios sociais como os realizados no período pandêmico, destinadas ao público mais vulnerável (BANCO MUNDIAL, 2022).

4.4.5 Situação ocupacional dos beneficiários pelo Programa Auxílio Brasil nos meses de nov/dez em Santana do Livramento/RS no ano de 2021.

O Gráfico 3 traz para conhecimento a situação ocupacional do público que faz parte do benefício social e em que ocupação se encontrava o responsável familiar de cada família.



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal..
Elaborado pela autora.

Através dos dados obtidos no Cadastro Único como demonstrado no Gráfico 3, 50,9% dos pesquisados declararam estar desempregados, estando afastados de qualquer força de trabalho e dependendo apenas da renda proveniente do Auxílio Brasil para se manter. Outros 41,8% alegaram ser autônomos que trabalham por conta própria, ou que exercem algum tipo de trabalho esporádico (bico) como assinalado no formulário do Cadastro Único. Do restante, 5,5% encontravam-se com a carteira de trabalho assinada e 1,8% trabalhavam de maneira permanente ou temporária na área rural do município.

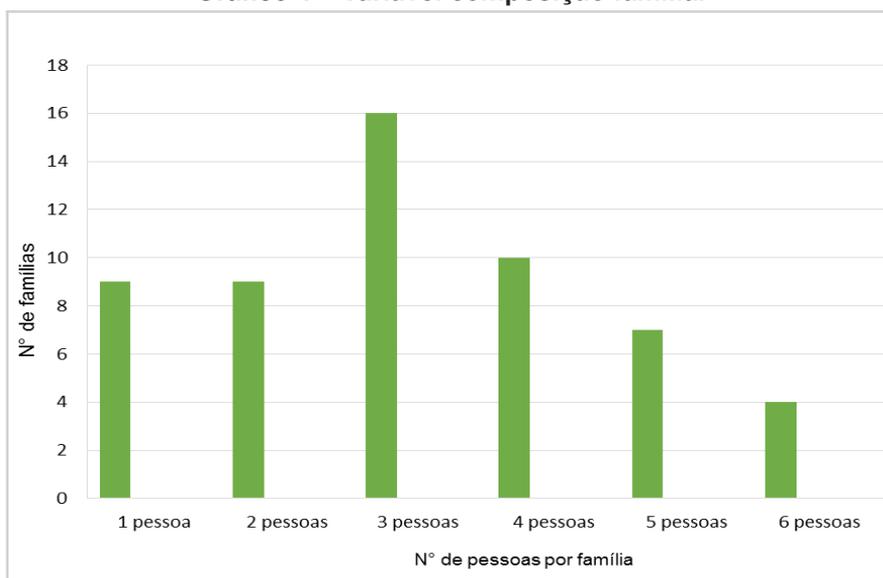
O Banco Mundial (2022) evidencia que uma grande parcela dos trabalhadores permaneceram no trabalho informal, além do aumento no índice de trabalhadores autônomos. As famílias ou pessoas que possuem carteira de trabalho assinada se

encaixam na regra de emancipação, que permite com que as famílias obtenham sua independência e ainda participem do programa por até dois anos, desde que a renda familiar não ultrapasse a linha de pobreza traçada no período determinado. Também possibilita o regresso das mesmas prioritariamente caso a renda per capita diminua ao longo deste período de tempo, até que possam estabelecer sua condição financeira novamente (WRIGT, 2022).

4.4.6 Número de integrantes que compõe as famílias beneficiadas.

O Gráfico 4 evidencia que houve uma variação no número de integrantes que constituem cada família dentro do programa no período especificado da pesquisa.

Gráfico 4 – Variável composição familiar



Fonte: Base de dados identificados no Cadastro Único para programas sociais junto das listas de aprovados no Auxílio Brasil de novembro a dezembro de 2021.
Elaborado pela autora.

O número de famílias unipessoais igualou-se ao mesmo número de famílias compostas por 2 pessoas, somando 9 famílias cada. As famílias compostas por 3 pessoas foram as mais contempladas de acordo com a pesquisa, somando 16 famílias, enquanto 10 famílias apresentavam 4 pessoas em sua composição familiar, 7 famílias apresentavam 5 integrantes e apenas 4 famílias possuíam 6 membros em sua composição. Exceto as famílias unipessoais, todas as famílias possuem filhos. Geralmente espera-se que as famílias mais extensas apareçam em maior concentração na participação de benefícios sociais, mas houve um crescimento significativo nas listas dos aprovados no programa no município, de famílias em número reduzido de integrantes o que reflete o desdobramento causado pelo desemprego no período pandêmico.

Qualquer pessoa ou família que se encontre em situação de vulnerabilidade pode fazer parte do benefício social, desde que a renda per capita familiar mensal não ultrapasse as delimitadas linhas de pobreza, atualmente estabelecidas em R\$210 e R\$105, assim sendo consideradas famílias pobres e extremamente pobres dentro do programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da temática do presente trabalho de conclusão de curso justifica-se pela relevância que esta política pública possui dentro do contexto público, voltada ao combate e a redução de uma questão crucial no cenário brasileiro que é a desigualdade social e a consequente situação de vulnerabilidade da classe de mais baixa renda. Principalmente, por ao longo destes 18 anos transformar a vida de milhões de famílias que se encontram em situação de miséria e que, a partir de 1º de janeiro através da assinatura da PEC de Transição 32/2022 oficializada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), retornará o Programa Bolsa Família ampliando seus benefícios e garantindo que mantenha-se o atual valor repassado para as famílias (R\$600) para garantir o direito de uma vida digna aos cidadãos.

Possui como ponto central, analisar o perfil do público beneficiado pelo programa Auxílio Brasil na pandemia de Covid-19 nos meses de nov/dez de 2021 no município de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo como referência o município de Santana do Livramento, este trabalho teve como objetivo geral analisar o perfil do público beneficiado pelo Programa Auxílio Brasil em Santana do Livramento/RS no final do ano de 2021. Esta questão geral pode ser desmembrada em outros questionamentos específicos, como qual a localização das famílias no município? Qual o número de integrantes que compõem as famílias? Quais as características dos responsáveis familiares como faixa etária, sexo e grau de escolaridade?

No segundo capítulo foram discutidas as bases teóricas e conceitos nos quais se baseia este trabalho. Apresentou-se uma revisão teórica que possui no primeiro tópico o conceito de políticas públicas assim como os tipos e finalidades de cada uma, contendo na sequência o segundo tópico que versa sobre o que é o Programa Auxílio Brasil, seu público alvo e forma de ingresso no programa, seguido do terceiro tópico sobre a questão do desemprego, da desigualdade e da vulnerabilidade social no Brasil caracterizando e trazendo dados sobre a população de mais baixa renda no país e, tendo por fim no quarto tópico, as características sobre o território do município de Santana do Livramento como os bairros que o integra, suas áreas de localização dentro do município e suas abrangências. A pesquisa contribui com uma análise mais a fundo sobre o público prioritário e sobre os públicos que passaram a fazer parte desta política pública que serviu de refúgio para muitos durante a pandemia. Sobretudo, possui o potencial de subsidiar através dos dados obtidos, a ampliação de estudos que versem sobre os impactos significativos que este programa social gera na vida das famílias em situação de vulnerabilidade e sobre são e onde encontrar estas famílias.

No terceiro capítulo, foi apresentado o material empírico coletado e analisado partindo das características do público que solicitou o Auxílio Brasil no período pandêmico, mostrando que a pandemia de Covid-19 mudou as perspectivas do que se esperava encontrar nas famílias que passaram a fazer parte do programa social no município. Dentre as variáveis que foram analisadas, em relação a localização destas famílias no município, foi possível identificar que dentre as localidades encontradas ao longo da pesquisa, a maioria das famílias participantes residiam em áreas urbanas delimitadas que continham infraestrutura com maior concentração de habitantes, além das áreas urbanas menos povoadas com aspectos urbanos mas que já representavam a transição do meio urbano para o rural. Apenas uma pequena parcela dos participantes residia na área rural do município.

Pôde-se observar que o gênero feminino sobressai disparadamente em relação ao percentual masculino de participantes, o que já era esperado pois as mulheres

representam grande maioria dentro do programa por serem na maior parte, chefes de famílias que possuem crianças em sua composição ocasionando a dificuldade de permanecer no mercado de trabalho, além de terem sido as mais afetadas pelo desemprego no período pandêmico.

Os resultados obtidos apontaram que a cor/raça branca predominou mais entre os participantes selecionados do município, já que sabe-se que a parcela da população constituída por negros e pardos são as mais prejudicadas pela falta de oportunidades e pelas condições desiguais de vida, fazendo com que a taxa de pobreza seja mais elevada entre eles o que os tornam público alvo dentro de programas sociais como o Auxílio Brasil. Em 2021, devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho, a taxa de pobreza entre pessoas pobres negras era de 34,5%, crescendo ainda mais entre pardos com 38,4%, contra 18,6% de pessoas pobres brancas, como apontam os dados obtidos através das pesquisas realizadas pelo IBGE (2022).

O programa teve um alcance entre pessoas a partir de 21 anos até idades mais avançadas como 68 anos, tendo a maioria entre 21 até 50 anos, alcançando principalmente o grupo etário de 18 a 39 anos que foi o mais afetado pelo desemprego somando 66% da população que se encontrava em situação de desocupação no final de 2021.

Em relação ao grau de instrução dos envolvidos, notou-se que a escolaridade dos beneficiários oscilou entre indivíduos que possuíam parte do ensino fundamental ou completo, ensino médio completo e até mesmo que possuíam nível superior. Além do público com baixo nível de escolaridade que corresponde a maioria dentro do programa sendo mais dependentes da renda proveniente deste auxílio e, conseqüentemente, as mais afetadas pelo desemprego na pandemia, mostrou que até mesmo as pessoas com um perfil educacional mais avançado precisaram recorrer ao benefício social dadas as condições econômicas em que se encontravam neste período.

Os dados coletados através do Cadastro Único sobre a situação ocupacional dos titulares das famílias, mostraram que dentre 92% dos selecionados, alguns encontravam-se fazendo algum tipo de “bico” ou trabalho esporádico para conseguir se manter além da renda do auxílio, em contrapartida, outros se mantinham apenas através do valor pago pelo programa. Ademais, também mostrou que o programa além de ajudar através da transferência de renda às famílias ou pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho, também proporciona a possibilidade alcançar sua independência financeira através do trabalho formal sem prejudicar sua participação dentro do programa por determinado período, até que se estabeleçam novamente desde que a renda familiar ainda se adeque aos limites delimitados.

Por fim, em relação à composição familiar dos cadastrados no programa além das famílias mais extensas que fazem parte majoritária dentro do mesmo, também houve um crescimento considerável de famílias com número reduzido de integrantes nos últimos meses principalmente pelas monoparentais, possivelmente pelo impacto gerado no mercado de trabalho fazendo com que a renda familiar dos indivíduos não seja suficiente para poder manter suas condições de vida, mostrando que qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade e que se encaixe nos requisitos estabelecidos pode ser contemplada pelo programa social.

A pesquisa mostrou o quanto a pandemia de Covid-19 mudou o público atendido pelo Auxílio Brasil, além de atender o público alvo que são as famílias mais carentes que já conviviam e sofriam com a pobreza e as desigualdades socioeconômicas existentes, ampliou ainda mais no período pandêmico, sua cobertura ao público de todas as idades, níveis educacionais e ocupações que se viram

obrigados a recorrer a este tipo de auxílio por não possuírem mais uma renda mínima para se manter e manter seus familiares.

Diante de um cenário social ainda mais frágil, deixado pela pandemia e com desigualdades que não possibilitam aos cidadãos uma renda mínima mensal fixa compatível com suas necessidades básicas para sua sobrevivência e de suas famílias, compete ao Estado junto aos municípios utilizar ferramentas eficientes assim como o Cadastro Único, igualmente de dados subsidiados por pesquisas desenvolvidas como esta sobre as características do público mais vulnerável, para filtrar e ter conhecimento em que condição estas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza vivem e estabelecer mecanismos eficientes para desenvolver políticas e programas assistenciais e de inclusão, que diminuam às vulnerabilidades socioeconômicas nas quais a população está submetida no dia a dia.

Referências

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALVES, Amanda da Maia. **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SANTANA DO LIVRAMENTO: UMA ANÁLISE DE INDICADORES**. 2018. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

AUXÍLIO Brasil: O que é o Auxílio Brasil. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BANCO MUNDIAL. 2022. Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil. Mirando o futuro após duas crises. Sumário Executivo. Washington D.C.: Banco Mundial.

BOTELHO, Vinicius; VELOSO, Fernando; MENDES, Marcos. Auxílio Brasil: avaliação do desenho e possíveis impactos: programa de responsabilidade social traria o mesmo impacto sobre a pobreza a um custo muito inferior. **Jota**. [S.l.]. 15 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/auxilio-brasil-avaliacao-do-desenho-e-possiveis-impactos-15122021>>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jul 2022

BRASIL. Lei nº 14.284/21, 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14284-29-dezembro-2021-792178-publicacaooriginal-164249-pl.html>>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; WALTER, Maria Inez Machado Telles; SANTANA, Cora Maria Bender de; STEPHANOU, Michelle Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009.

CÓRDOVA, Ismael de; ALVES, Ismael Gonçalves. Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. *Polis (Santiago)*, [S.l.], v. 18, n. 53, 12 set. 2019. Universidad de Los Lagos, Chile. <http://dx.doi.org/10.32735/s0718-6568/2019-n53-1388>.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Programa Auxílio Brasil: Ampliação da cobertura, reajuste do valor do benefício e suas interações com o mercado de trabalho formal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Brasília, n. 10, jul. 2022. Nota da Presidência.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. Expansão do Auxílio Brasil: Uma reflexão preliminar. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, Brasília, n. 12, ago. 2022. Nota da Presidência.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 176 p.

GODINHO, Isabel Cavalcante. ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, S.I. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. [S.l.: S.N.], 2011.

GUILHERME, Rosilaine Coradini; REIS, Carlos Nelson dos. Proteção Social no Brasil: da seguridade social à transferência condicionada de renda. **Serviço Social em Revista**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 341, 11 dez. 2020. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2020v23n2p341>.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, [S.l.], v. 55, n. 21, p. 30-41, nov. 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 4º trimestre 2021**. 2021. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=33030&t=destaques>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento**. 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>>. Acesso em 01 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Santana do Livramento). **Município de Santana do Livramento**. Elaborado por IBGE Cidades. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-santana-do-livramento.html>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (org.). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas**: Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, v. 44, p. 4-206, 2021.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local. **Metamorfose**, Porto Alegre, p. 35-82, 2018.

MENDES, Ana Carolina *et al.* Análise do Auxílio Emergencial no Brasil. **O Eco da Graduação**, [S.l.], v. 6, n. 2, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/auxilio-brasil>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Brasil e Cadastro Único no seu município**. 2022. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOURÃO *et al.* Programa Bolsa Família: uma análise do programa de transferência de renda brasileiro. **Field Actions Science Reports The Journal Of Field Actions**, [S.l.], n. 3, 2011.

PENSSAN, Rede - (org). **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid- 19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2021. 110 p. I Vigisan.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO (Município). Lei Complementar nº 45, de 10 de outubro de 2006. **Plano Diretor Participativo**. Sant'Ana do Livramento, RS, 10 out. 2006.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica**. 2002. 209 f. TCC (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SENADO FEDERAL. Pec de Transição nº 32, de 2022. **Proposta de Emenda à Constituição**. Brasília, DF, 2023.

SILVA, Dirceu da; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sergio Silva Braga . Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado-Gesec**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. [S.l.], Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea**, Rio de Janeiro, p. 0-45, ago. 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques. A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais. **UFRN Departamento de Economia**, Natal, n. 4, p. 1-32, maio 2020. Texto para discussão.

WRIGT, Jorge Roberto. **Vou perder o Auxílio Brasil se conseguir um emprego formal?** 2022. Rede Jornal Contábil. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/vou-perder-o-auxilio-brasil-se-conseguir-um-emprego-formal/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.